

Anexo 1. Autorização dos Trabalhos Arqueológicos

Saida n.º 1453823
14/08/2020



Exmo. Senhor Dr. João Carlos
Pires Caninas

emerita.portugal@gmail.com

Sua referência	Sua comunicação	Nossa referência	Ofício n.º 5-2020/ 2047
		Doc. (C.S:1453823) Procº (C.S:208279)	

Assunto: PATA, no âmbito do EIA da Mina de Vila Seca (UF Tavares, Chãns, Várzea e Travanca) Mangualde.
Requerente: João Carlos Pires Caninas

Venho por este meio informar que por despacho do Sr. Subdiretor Geral da Direção Geral do Património Cultural de 12/08/2020, foi emitido parecer **Favorável** sobre o processo acima referido, de acordo com os termos da informação em anexo.

Com os melhores cumprimentos,

Pel' A Diretora Regional de Cultura

Doutora Suzana Menezes

Assinado por: **CÁTIA MARISA GONÇALVES
MARQUES**
Num. de Identificação Civil: B1115098623
Data: 2020.08.14 16:52:55 Hora de Verão de GMT



ANEXO: Inf. Nº 5-2020/530376 (C.S:1452356), Cód. Manual nº 1422/2020
/OC

Rua Olímpio Nicolau Rui Fernandes, 3000-303 Coimbra, Tel.: 239 701 391 Fax: 239 701 378, culturacentro@drcc.gov.pt

Saida n.º 1453823
14/08/2020

Assunto : PATA, no âmbito do EIA da Mina de Vila Seca (UF Tavares, Chãns, Várzea e Travanca) Mangualde.

Requerente : João Carlos Pires Caninas

Local : Vila Seca - Mangualde

**Servidão
Administrativa :**

Inf. n.º:	S-2020/530376 (C.S:1452356)	Cód. Manual	1422/2020
N.º Proc.:	DRC/2020/18-06/259/PATA/16001 (C.S:208279)	Data Ent. Proc.:	03/08/2020

Subdiretor Geral João Carlos Santos a 12/08/2020

Aprovo.

Diretora de Serviços dos Bens Culturais Cátia Marisa Gonçalves Marques a 06/08/2020

Concordo com o parecer favorável proposto.

1. ENQUADRAMENTO

Trata-se de um PATA integrável na categoria C dos trabalhos de arqueologia.

Trata-se de um trabalho de caracterização da situação de referência para EIA no âmbito do projeto de AIA que decorre da ampliação de unidade instalada. O Projeto encontra-se em fase de Projeto de Execução.

Acrónimo: PA_MVS

2. LEGISLAÇÃO APLICADA

A presente apreciação fundamenta-se nas disposições conjugadas da legislação em vigor, nomeadamente: art.ºs 16º, 74.º, 75º, nº 2 e 77.º da Lei nº 107/2001 de 8 de set.; DL nº 114/12 de 25 de maio; DL nº 115/12 de 25 de maio; DL nº 414/20 de 13 de janeiro; Circular de 12.06.25, sobre Procedimentos na Regulação da Atividade Arqueológica, itens "Pedido de autorização de Trabalhos Arqueológicos"; art.ºs 6º e 7º do DL nº164/14 de 04 de nov., art.ºs 11º a 12º, 13º e 25º PDM de Mangualde, Aviso, nº 10007/13 (DR nº 150, IIS, 13.08.06);D-L nº 80/15, de 14 de maio.

Tratando-se de um trabalho integrado em AIA aplica-se o disposto no DL 69/2000, de 3 de Maio, na redação dada pelo D-L nº 197/2005, de 8 de Novembro (RJAIA), republicada pelo

Saida n.º 1453823
14/08/2020

DL 151-B/2013 de 31 de out.; DL 46/09, de 20 de fev.; Circular “Termos de Referência para o Descritor Património Arqueológico em Estudos de Impacte Ambiental”, IPA, 10 de set, 2004.

3. ANTECEDENTES

Não são conhecidos antecedentes a este projeto.

4. APRECIÇÃO

4.1 Análise do plano de trabalhos

A intervenção é solicitada pelo senhor Dr. João Caninas, arqueólogo que apresenta um Plano de Trabalho no âmbito da identificação de património que se possa ter conservado neste local, onde se prevê exploração ao ar livre.

Relativamente à metodologia, dar-se-á cumprimento aos princípios metodológicos estabelecidos, aceites e praticados pela comunidade científica, neste caso com a aplicação das metodologias que permitem dar cumprimento aos itens definidos na Circular “Termos de Referência para o Descritor Património Arqueológico em Estudos de Impacte Ambiental”, IPA, 10 de set, 2004.

O trabalho proposto decorre de procedimentos relacionados com o ordenamento do território.

4.2 – Proposta

O plano de trabalhos tem em consideração a elaboração das tarefas que permitem a avaliação do impacte que poderá ter a execução do projeto, sobre património cultural, nos termos da legislação que prevê que se encontrem medidas mitigadoras adequadas.

Os elementos apresentados dão cumprimento ao disposto nos artigos 6º e 7º do D-L 164/2014 e na Circular que estipula os termos de referência dos EIA's.

Propomos a emissão de parecer favorável.

5. CONCLUSÃO

Face ao exposto, propõe-se a emissão de parecer Favorável. Esta informação, para devidos efeitos, deve ser enviada à DGPC. Caso a proposta venha a merecer concordância, do resultado deverá ser dado conhecimento ao Senhor Dr. João Caninas, à EMERITA, - Empresa Portuguesa de Arqueologia, bem como e à Câmara Municipal de Mangualde.

Saida n.º 1453823
14/08/2020

À consideração superior,

Helena Moura, arqueóloga

HM -HM

Situação de Referência

Âmbito da Situação de Referência (SR) do factor Património Cultural

Como universo de avaliação consideram-se achados (isolados ou dispersos), construções, conjuntos, sítios e indícios (toponímicos, topográficos ou de outro tipo), de natureza arqueológica, arquitectónica e etnográfica, independentemente do seu estatuto de protecção ou valor cultural, globalmente designados como *ocorrências*.

Como directivas legais e metodológicas consideram-se: a Lei n.º 107/2001, de 8 de setembro, que estabelece as bases da política e do regime de protecção e valorização do património cultural; o Decreto-Lei n.º 164/2014, de 4 de novembro, que aprova e publica o Regulamento de Trabalhos Arqueológicos; a circular, emitida pela tutela em 10 de Setembro de 2004, sobre os “Termos de Referência para o Descritor Património Arqueológico em Estudos de Impacte Ambiental”; e ainda o Decreto-Lei n.º 151-B/2013, de 31 de outubro, que estabelece o regime jurídico da avaliação de impacte ambiental (RJAlA), alterado pelos Decretos-Lei n.º 47/2014, de 24 de março, n.º 179/2015, de 27 de agosto, pela Lei n.º 37/2017, de 2 de junho, e pelo Decreto-Lei n.º 152-B/2017, de 11 de dezembro.

Área de estudo do factor

Área de Estudo (AE): corresponde à incidência do projecto e zona envolvente tal como se definem seguidamente.

Área de incidência (AI directa e indireta): corresponde à ampliação do projecto. A AI é objecto de pesquisa documental e prospecção arqueológica sistemática.

Zona de enquadramento (ZE): consiste em faixa envolvente da AI situada até, pelo menos, 1 km de distância do limite daquela área, sendo apenas objecto de pesquisa documental.

Modo de caracterização do factor

A SR do factor Património Cultural é caracterizada a partir de três acções principais: (1) pesquisa documental e institucional, prévia ao trabalho de campo, para identificação das ocorrências conhecidas na AE, as pré-existências; (2) prospecção de campo, para reconhecimento das pré-existências, visando a actualização da informação acerca do seu estado de conservação actual; (3) prospecção de campo para eliminação de lacunas de conhecimento e obtenção de novos conhecimentos acerca de ocorrências inéditas.

Como base de trabalho é utilizada cartografia militar à escala 1:25.000 e levantamentos topográficos da AI quando disponíveis. Para além destes recursos, a orientação no terreno e consequente georreferenciação de existências é executada com recurso a GPS, combinando-se duas *ferramentas* essenciais: o Centro de Informação Geoespacial do Exército (CIGeoE), em parceria com a InfoPortugal S.A., disponibilizam uma Aplicação (App) para dispositivos móveis, com as várias Séries Cartográficas produzidas no CIGeoE que cobrem todo o território nacional. Estas *ferramentas* possibilitam uma navegação *off road* com o rigor, pormenor e detalhe que caracteriza a Cartografia Militar (www.igeoe.pt); o OruxMaps, um aplicativo para Android que fornece mapas de geolocalização *online* e *offline*.

As ocorrências serão caracterizadas em fichas individualizadas e representadas cartograficamente nas escalas e formas disponíveis, incluindo obrigatoriamente uma representação em carta militar à escala 1:25000. Para o efeito serão utilizados diferentes ícones, na forma, indicativa de diferentes tipologias (linhas e áreas, círculos, elipses, quadrados, triângulos e outros polígonos) e na cor, indicativa de diferentes cronologias.

As condições de eficácia da prospecção de campo serão documentadas num zonamento cartográfico que delimite zonas homogéneas em termos de visibilidade para a detecção de estruturas (positivas) acima do solo e materiais arqueológicos ao nível do solo. Consideram-se interditas, ou não prospectáveis, as parcelas de terreno que se apresentem vedadas e para as quais não se obtenha previamente autorização de entrada da parte dos respectivos proprietários ou seus representantes legais. Também se consideram interditas para prospecção os terrenos encharcados, os de progressão inviável face à inclinação do terreno e densidade da ocupação vegetal e os que contenham searas com porte e densidade vegetal elevada.

Fontes de informação

As fontes de informação utilizadas consistiram em inventários de organismos públicos com tutela sobre o Património, nomeadamente da Direcção Geral do Património Cultural, através da base de dados de imóveis classificados, de imóveis em vias de classificação (<http://www.patrimoniocultural.gov.pt>), de sítios arqueológicos (<http://arqueologia.patrimoniocultural.pt/>) e do Sistema de Informação para o Património Arquitectónico (<http://www.monumentos.gov.pt>), em consulta *on line*, o plano director municipal, bibliografia sobre património cultural, cartografia militar, cartografia geológica, ortofotografia (Google Earth), entidades (autarquia local) e investigadores.

Avaliação de impactes ou incidências

Podem gerar incidência negativa (direta ou indirecta), sobre ocorrências de interesse cultural, todas as acções intrusivas no terreno, relacionadas com o funcionamento da obra e a execução do Projeto, consistindo em desmatagem, revolvimento de solo e escavação, visando a criação de áreas funcionais (estaleiro, parqueamentos, depósitos de inertes), regularização do terreno para acessos, instalação de painéis, abertura de valas e valas ou fundações para colocação de ligações elétricas enterradas ou apoios no solo de linhas aéreas.

A caracterização dos impactes ou incidências tem em conta: (1) a natureza física das ocorrências de interesse cultural (nomeadamente, estruturas destacadas acima do solo e vestígios ao nível do solo); (2) o grau de incidência ou proximidade da acção impactante sobre a ocorrência de interesse cultural; (3) a intrusão do Projecto na envolvente espacial de imóveis de valor cultural relevante e respectivas áreas de protecção, com especial incidência na fase de exploração; (4) o valor cultural intrínseco da ocorrência sujeita a impacte. Esta avaliação é executada tendo por base o grau de proximidade ou a sobreposição do Projecto em relação às ocorrências de interesse cultural.

Parâmetros de caracterização de impactes ou incidências

Os parâmetros indicados podem ter grau indeterminado por insuficiência de informação acerca do projecto ou acerca da ocorrência cultural.

Parâmetro	Graus	Explicação
Fase	Construção Exploração Desactivação	Fases sequenciais de desenvolvimento do Projecto. No caso de pedreiras e minas entre a fase de construção (de infraestruturas) e a fase de exploração deve considerar-se uma fase de Preparação, correspondente, por exemplo à descoberta da área de exploração a céu aberto. No caso dos povoamentos florestais ou culturas agrícolas a fase de construção pode corresponder à fase de instalação daquelas culturas.
Incidência	Directa Indirecta	A incidência, do projecto ou do processo da sua construção (caso de estaleiros, áreas de depósitos e áreas de empréstimo), é directa se incide directamente no espaço físico de uma ocorrência. A incidência é indirecta se o projecto comporta intrusão no espaço envolvente ou na zona de protecção de imóvel classificado ou de valor cultural mais elevado.
Tipo, Natureza ou Sinal	Negativo (-) Positivo (+)	Um impacte positivo ou benéfico decorre de uma acção que melhora o conhecimento ou o estado de conservação de uma ocorrência cultural. Um impacte negativo ou prejudicial traduz a destruição parcial ou total de uma ocorrência, a sua degradação, o ocultamento, ou uma intrusão na sua envolvente espacial.
Magnitude ou Intensidade	Elevada Média Baixa	A magnitude do impacte depende do grau de agressividade de cada uma das acções impactantes e da susceptibilidade das ocorrências afectadas. A magnitude é elevada se o impacte for directo e implicar uma destruição total da ocorrência. É média se implicar uma destruição parcial ou a afectação da sua envolvente próxima. A magnitude é reduzida se traduzir uma degradação menos acentuada ou uma intrusão na zona envolvente também com menor expressão volumétrica ou mais afastada da ocorrência.

Significância ou Importância	Elevada	A significância do impacte depende da importância do recurso afectado, tendo em conta a respectiva expressão local, regional, nacional e internacional. A significância é elevada ou muito significativa se o impacte for directo e implicar uma destruição total de uma ocorrência de importância a nível internacional e nacional. É média ou significativa se implicar uma destruição parcial ou a afectação da sua envolvente próxima. A significância é reduzida ou pouco significativa se traduzir uma degradação de uma ocorrência relativamente bem representada no território nacional, de valor cultural reduzido, em avançado estado de degradação ou uma intrusão na zona envolvente também com menor expressão volumétrica ou mais afastada da ocorrência.
	Média	
	Reduzida	
Duração ou Persistência	Temporária	A duração do impacte, ou seja, do efeito induzido pela acção impactante sobre a ocorrência cultural pode ser temporária ou permanente.
	Permanente	Embora muitas causas possam ser temporárias ou seus efeitos negativos têm, em geral, carácter permanente. Um efeito do tipo ocultamento que após a sua cessação não degrade o estado de conservação da ocorrência patrimonial pode considerar-se temporário.
Probabilidade ou Grau de certeza	Certo, Provável Pouco provável (ou Improvável)	O grau de certeza ou a probabilidade de ocorrência de impactes é determinado com base no conhecimento das características intrínsecas das acções impactantes, da sua localização espacial e do grau de proximidade em relação às ocorrências patrimoniais. A probabilidade é certa se a localização de uma parte de projecto coincide, parcial ou totalmente, de forma negativa com a posição de uma ocorrência cultural
Reversibilidade	Reversível	O impacte é reversível se os respectivos efeitos se anulam a curto, médio ou longo prazo. É irreversível se esses efeitos permanecem por tempo indeterminado. Esta é a situação mais comum dos impactes negativos neste factor.
	Irreversível	O efeito de ocultamento pode considerar-se reversível se após a sua cessação se verificar que não houve degradação do estado de conservação da ocorrência patrimonial.
Expressão Espacial	Local	O impacte é local se os respectivos efeitos possuem uma expressão apenas a nível local. É regional se esses efeitos se fazem sentir a uma escala regional. É nacional se esses efeitos possuem uma expressão espacial a nível nacional.
	Regional	
	Nacional	Os impactes neste factor têm em geral uma expressão local.
Desfasamento no tempo ou Instante em que se produz	Imediato	O instante em que se produz o impacte conhece-se observando o intervalo de tempo que decorre entre a acção que provoca o impacte e o impacte propriamente dito. Considera-se o impacte como imediato se ocorrer logo após a acção ou, a médio e longo prazo se existir um intervalo de tempo de menor ou maior duração entre a acção e o impacte.
	Médio Prazo	
	Longo Prazo	

Medidas de Minimização (conceitos gerais)

Medida	Fase	Definição
Ajustamento do Projeto	Projecto	Alteração da posição de partes do Projecto com o objectivo de anular um impacte negativo, certo ou previsível, sobre uma ocorrência.
Planta de condicionantes	Antes da construção	Inclusão das ocorrências de interesse cultural, identificadas na Situação de Referência, em planta de condicionantes, impondo restrição total à sua afectação, ocupação, atravessamento dos respectivo sítios ou obrigação de registo para memória futura.

Prospecção (arqueológica)	Construção, exploração	Prospecção das partes do Projecto ou áreas funcionais da exploração que se localizem fora das zonas prospectadas no decurso desta avaliação.
Escavações e sondagens arqueológicas	Construção, exploração	Execução de sondagens de diagnóstico e/ou escavações arqueológicas ou outros estudos destinadas a obter informação que permita determinar o estado de conservação, a funcionalidade e o interesse científico dos sítios e monumentos em causa. Os resultados dessas pesquisas aconselharão, ou não, a valorização dos respectivos sítios e a publicação dos resultados sob a forma de monografia.
Acompanhamento (arqueológico)	Construção	Observação, por arqueólogo, das operações que impliquem a remoção e o revolvimento de solo (desmatação e decapagens superficiais em acções de preparação ou regularização do terreno) e a escavação no solo e subsolo. Os resultados deste acompanhamento podem determinar a adopção de medidas de minimização específicas (registo, sondagens, escavações arqueológicas, etc). Os achados móveis efectuados no decurso desta medida deverão ser colocados em depósito credenciado pelo organismo de tutela do património cultural.
Conservação	Construção, exploração	Conservação (mesmo que de forma passiva) das ocorrências imóveis identificadas no decurso deste estudo ou que sejam reconhecidas durante o acompanhamento arqueológico devem, tendo em consideração o seu valor cultural. Esta medida pode concretizar-se na delimitação e sinalização de áreas de protecção às ocorrências a conservar.
Registo (documental)	Construção	Representação gráfica e fotográfica e elaboração de memória descritiva (para memória futura) das ocorrências de interesse cultural que possam ser destruídas em consequência da execução do projecto ou sofrer danos decorrentes da proximidade em relação à frente de exploração.
Sinalização	Construção	Sinalização das ocorrências de interesse cultural situadas nas proximidades das frentes de exploração, passíveis de afectação, mesmo que indirecta, na fase de construção. Pretende-se, desta forma, minorar ou evitar danos involuntários e garantir a conservação dessas ocorrências.
Valorização	Exploração	Medidas relacionadas com o estudo, a fruição pública (turístico-didáctica) e a conservação activa, <i>in situ</i> , das ocorrências de maior interesse cultural.
Vigilância	Exploração	Vigilância regular do estado de conservação dos elementos de maior interesse cultural identificados na AI do projecto. A execução desta medida compete ao dono-da-obra, com obrigatoriedade de comunicação às entidades competentes dos efeitos negativos detectados.
Monitorização	Exploração	Observação periódica do estado de conservação das principais ocorrências de interesse cultural situadas na AI do projecto ou nos principais acessos. Esta medida deve ser executada por especialista independente (arqueólogo) contratado pelo dono-da-obra e obriga à apresentação de relatórios de visita à entidade de tutela sobre o património arqueológico.

Anexo 3. Ocorrências identificadas na pesquisa documental

Nº de Referência 1

Topónimo ou designação Bom Sucesso **Tipologia** Povoado fortificado **Cronologia** Idade do Bronze, Idade do Ferro, Época Romana **Categoria** Arqueológico **Estatuto legal** Monumento Nacional (Decreto n.º 67/97, DR, I Série-B, n.º 301, de 31-12-1997), inventário (Endovélico CNS 1636) **Valor cultural** Elevado **Concelho** Mangualde **CMP** 190 **Fonte de Informação** DGPC (Endovélico, SIPA), PDM, Gomes & Carvalho (1992) e inúmeras publicações anteriores **Localização** AI e ZE **Caracterização** "Classificado como "Monumento Nacional" em 1997, o "Castro do Bom Sucesso" posiciona-se topograficamente de modo privilegiado em termos defensivos, tal como sucede na maioria destes povoados, denominados de "altura", os quais, nesta região beirã, assumiram em plena Idade do Bronze Final, sobretudo a partir do século X a. C. Mas também em locais de onde se desfrutava de um bom domínio visual sobre a paisagem envolvente, assim como em zonas particularmente propícias à sobrevivência das comunidades humanas que os elegessem. Na verdade, é possível que, a par da localização geo-estratégica, a riqueza cinegética da região desempenhasse um papel central nesta escolha, como se infere da sua reutilização em períodos subsequentes, designadamente ao longo da Idade do Ferro e do próprio período de ocupação romana deste termo do actual território português, este último bem presente numa via construída nas proximidades do "castro" com lajes graníticas, com aproximadamente cinquenta metros de extensão. Mas terá sido justamente na passagem do II para o I milénio a. C. que surgiram, um pouco por toda a Beira Baixa e Beira Alta, vários exemplares desta tipologia arqueológica em locais com boas condições naturais de defesa, complementadas, muito naturalmente, com muralhas, fossos ou aterros, como sucede no caso em epígrafe. Da primitiva estrutura defensiva remanescem, contudo, apenas alguns troços de muralha que envolveria toda uma área onde se desenrolavam as actividades quotidianas, das quais são ainda visíveis estruturas habitacionais de planta predominantemente circular, à semelhança de outros povoados desta natureza e época. É possível, ainda, que este testemunho se inserisse numa ampla rede de povoamento emergida na Idade do Bronze, em zonas interiores até então pouco desenvolvidas, a exemplo do Baixo Mondego, acompanhando "[...] a absorção e reprodução local de armas, utensílios e objectos de adorno metálicos, expressão do desenvolvimento e poder das elites locais que controlam a sua produção e circulação.". Não obstante, os estudos realizados nos últimos anos colocarão nos últimos dois séculos do II milénio a. C. o papel de "lugares centrais" desempenhado por alguns destes povoados, conquanto não constituíssem centros de confrontos militares, funcionando, pelo contrário, como "[...] garantes de um equilíbrio regional [...] possibilitando uma mútua cooperação que permitisse o funcionamento regular dos mecanismos de circulação de pessoas e bens indispensáveis ao sistema de "wealth finance" que pensamos fundamentaria a economia e o poder das elites locais.", permeáveis a contactos com o "comércio" atlântico e mediterrânico." (DGPC, Património Classificado e Em Vias de Classificação).

"No cume do Monte do Bom Sucesso um marco geodésico de 1ª ordem rodeado por amplo terreiro circular, irregular, murado, a que se tem acesso por larga escadaria em patamares, formando ampla curva de E. para S. O muro apresenta materiais reaproveitados da destruída ermida de São Caetano (colunas, pináculos, mísulas, baldaquinos, tímpano). A SO e O vestígios de estruturas defensivas angulares e arqueadas. A N e NE extensa área de habitações de forma circular, com muros ou alicerces visíveis, e em todas as encostas há material arqueológico. A E um troço de estrada romana de lajes graníticas com c. 50m, flanqueado à direita por muro baixo e à esquerda por pilares com pequenos nichos e cruzeiros que marcam o Calvário." (SIPA)



Vista do sítio a partir da mina

Nº de Referência 2

Topónimo ou designação Chães de Tavares **Tipologia** Pelourinho **Cronologia** Medieval-Moderno **Categoria** Arquetónico e etnográfico **Estatuto legal** Imóvel de Interesse Público **Valor cultural** Médio-elevado **Concelho** Mangualde **CMP** 190 **Fonte de Informação** DGPC, Património Classificado e Em Vias de Classificação; PDM; SIPA **Localização** ZE **Caracterização** "Chãs, ou Chás, de Tavares é povoação muito antiga, que foi durante muito tempo sede de concelho. A localidade de Tavares terá recebido primeiro foral de D. Teresa, em 1114, embora nem todos os autores sejam unânimes neste ponto. É por vezes referido um foral supostamente outorgado em 1255, do qual também não existe confirmação. Certo é que recebeu foral novo, dado por D. Manuel, em 1514, na sequência do qual se terá construído o pelourinho, que ainda hoje se levanta no largo do mesmo nome, diante da antiga cadeia e tribunal da comarca. Sobre um soco de três degraus oitavados, de rebordo, muito deteriorados, assenta diretamente a coluna. Possui fuste oitavado, de faces lisas, rematado no topo por duas estreitas molduras geminadas. Não existe capital, sendo o remate composto por uma gaiola de oito faces, formada por uma taça oitavada, lisa, e por um chapéu em cúpula também oitavada, separados por oito colonelos moldurados. A gaiola é rematada por um pináculo encimado por duas esferas sobrepostas. Dois dos colonelos são recentes, datando talvez do restauro que o monumento sofreu nos anos quarenta do século XX, quando a estrutura e os degraus foram consolidados com argamassa." (DGPC, Património Classificado e Em Vias de Classificação)

Nº de Referência 3

Topónimo ou designação Chãs de Tavares **Tipologia** Núcleo de povoamento **Cronologia** Época Romana **Categoria** Arqueológico **Estatuto legal** Inventário (DGPC) **Valor cultural** Médio-elevado **Concelho** Mangualde **CMP** 190 **Fonte de Informação** DGPC (CNS 5327) **Localização** ZE **Caracterização** "A aldeia de Chãs de Tavares poderá ter tido as suas origens na época romana. Prova disso são alguns fragmentos cerâmicos (*tegulae*) que se têm encontrado na parte baixa da povoação. Segundo informações locais (...) sempre que se procede à abertura de novos alicerces aparecem inúmeras telhas grossas (...) As paredes de algumas casas apresentam blocos de pedra almofadadas" (DGPC).

Nº de Referência 4

Topónimo ou designação Travanca de Tavares/Travanca de Baixo **Tipologia** Achados isolados **Cronologia** Época Romana **Categoria** Arqueológico **Estatuto legal** Inventário (DGPC) **Valor cultural** Baixo **Concelho** Mangualde **CMP** 190 **Fonte de Informação** DGPC (CNS 1534) **Localização** ZE **Caracterização** "Vestígios de materiais de construção e cerâmica doméstica. Num solar encontram-se incorporados diversos elementos arquetónicos (fustes de coluna, cornija e blocos almofadados)" (DGPC).

Nº de Referência 5

Topónimo ou designação Casal **Tipologia** Vestígios diversos **Cronologia** Época Romana **Categoria** Arqueológico **Estatuto legal** Inventário (DGPC) **Valor cultural** Médio-baixo **Concelho** Mangualde **CMP** 190 **Fonte de Informação** DGPC (CNS 24658) **Localização** ZE **Caracterização** "Fragmentos de cerâmica de construção e mós manuais" (DGPC).

Nº de Referência 6

Topónimo ou designação Igreja Paroquial de Chãs de Tavares / Igreja de Nossa Senhora da Assunção **Tipologia** Igreja **Cronologia** Moderno-Contemporâneo **Categoria** Arquetónico, etnográfico e arqueológico **Estatuto legal** Não identificado **Valor cultural** Médio **Concelho** Mangualde **CMP** 190 **Fonte de Informação** CMP e Google Earth **Localização** ZE **Caracterização** Igreja identificada na cartografia militar. No Google Earth encontra-se editada uma fotografia onde se observa uma igreja de planta retangular com cobertura de duas águas em telha. No lado Norte e tardo tem adçado um edifício correspondente à sacristia. Paredes em alvenaria de granito, com porta virada a Sul e restantes paredes rebocadas. Encontra-se integrada num conjunto edificado atualmente ocupado pelo Centro Social Paroquial, possivelmente um antigo solar ao qual pertence.

Nº de Referência 7

Topónimo ou designação Santa Marinha **Tipologia** Capela **Cronologia** Contemporâneo **Categoria** Arquetónico e etnográfico **Estatuto legal** Não identificado **Valor cultural** Baixo **Concelho** Mangualde **CMP** 190 **Fonte de Informação** CMP e Google Earth **Localização** ZE **Caracterização** Capela identificada na cartografia militar. No Google Earth observa-se uma estrutura de planta retangular com cobertura de duas águas em telha. Fachada é em alvenaria de granito, com porta virada a Oeste e campanário no lado Norte da fachada. Sobre a porta foi construída uma cobertura em data posterior. Construção de linhas direitas e muito simplista.

Nº de Referência 8

Topónimo ou designação Nossa Senhora da Anunciação **Tipologia** Capela **Cronologia** Moderno-Contemporâneo **Categoria** Arquitetónico, etnográfico e arqueológico **Estatuto legal** Não identificado **Valor cultural** Médio-baixo **Concelho** Mangualde **CMP 190 Fonte de Informação** CMP e Google Earth **Localização** ZE **Caracterização** Capela identificada na cartografia militar. No Google Earth encontra-se editada uma fotografia onde se observa uma capela de planta retangular com cobertura de duas águas em telha. Paredes em alvenaria de granito, com porta virada a Oeste e campanário no lado Norte da fachada. Sobre a porta foi construída uma cobertura em data posterior. Construção de linhas direitas e muito simplista.

Nº de Referência 9

Topónimo ou designação Casais **Tipologia** Capela **Cronologia** Não determinada **Categoria** Arquitetónico, etnográfico e arqueológico **Estatuto legal** Não identificado **Valor cultural** Não determinado **Concelho** Mangualde **CMP 190 Fonte de Informação** Não identificada **Localização** ZE **Caracterização** Capela registada na cartografia militar. Não se obtiveram informações para a sua caracterização.

Nº de Referência 10

Topónimo ou designação Capela da Senhora do Bom Sucesso / Capela de Santa Maria do Castelo **Tipologia** Ermida **Cronologia** Moderna **Categoria** Arquitectónico, etnográfico e arqueológico **Estatuto legal** Abrangida pela zona geral de protecção do Castro do Bom Sucesso **Valor cultural** Médio **Concelho** Mangualde **CMP 190 Fonte de Informação** DGPC (SIPA) e CMP **Localização** ZE **Caracterização** "1706 - reconstrução e ampliação da Ermida da Senhora do Bom Sucesso. Ermida da Senhora do Bom Sucesso, de planta longitudinal, rectangular, simples, com Sacristia quadrangular adossada a N. Massa horizontalizante, com coberturas independentes: capela com telhado a 2 águas e Sacristia com telhado a 3 águas. Fachada principal voltada a E., com embasamento não proeminente, flanqueada por cunhais de cantaria; portal elevado, a que se ascende por 3 degraus, em arco rebaixado de moldura estriada, ladeado de 2 janelas molduradas em arco rebaixado encimadas por pequena concha; remate em empena angular encimada por faixa de caixa-murária, de elevação. Fachada S.: embasamento não proeminente; pequena torre campanário adossada com escada e patamar à esq., abertura sineira simples em arco pleno, rematada por cornija e 2 coruchéus piramidais; 1 porta e 1 janela de molduras rectangulares; remate em cornija. Fachada O.: sem embasamento; 1 porta rectangular entaipada; remate em empena angular. Fachada N: com embasamento não proeminente à direita corpo da Sacristia com 1 janela rectangular; pano do corpo da capela com 1 janela rectangular: No ângulo SE. do muro do adro uma cruz de pedra sobre plinto quadrangular." (SIPA)

Nº de Referência 11

Topónimo ou designação Senhora do Bom Sucesso **Tipologia** Calvário **Cronologia** Moderno-Contemporâneo **Categoria** Arquitectónico e etnográfico **Estatuto legal** Abrangido pela zona geral de protecção do Castro do Bom Sucesso **Valor cultural** Médio-baixo **Concelho** Mangualde **CMP 190 Fonte de Informação** DGPC (SIPA) e CMP **Localização** ZE **Caracterização** Cruzeiro assinalado na cartografia militar que corresponde a um calvário. "[...] um troço de estrada romana de lajes graníticas com c. 50m, flanqueado à direita por muro baixo e à esquerda por pilares com pequenos nichos e cruzeiros que marcam o Calvário" (SIPA).

Anexo 4. Ocorrências caracterizadas em trabalho de campo

LEGENDA

Projecto. Nº referência de inventário utilizada na cartografia, nos quadros e nas fichas de inventário. **Data** corresponde à data de observação. **Carta Militar de Portugal (CMP)** nº da folha na escala 1:25.000. **Altitude** obtida a partir da CMP, em metros (m). **Topónimo ou Designação** nome atribuído à ocorrência ou ao local onde se situa. **Categoria** distinção entre arqueológico, arquitetónico, etnológico, construído e outros atributos complementares (hidráulico, civil, militar, artístico, viário, mineiro, industrial, etc). **Tipologia** tipo funcional de ocorrência, monumento ou sítio, segundo o *thesaurus* do Endovelico. **Cronologia** indica-se o período cronológico, idade ou época correspondente à ocorrência. A aplicação do sinal “?” significa indeterminação na atribuição cronológica. A indicação de vários períodos cronológicos separados por “,” tem significado cumulativo. **Classificação** imóvel classificado ou outro tipo de protecção, decorrente de planos de ordenamento, com condicionantes ao uso e alienação do imóvel. **Valor cultural** hierarquização do interesse patrimonial da ocorrência no conjunto do inventário de acordo com os seguintes critérios: **Elevado (5):** Imóvel classificado (monumento nacional, imóvel de interesse público) ou ocorrência não classificada (sítio, conjunto ou construção, de interesse arquitetónico ou arqueológico) de elevado valor científico, cultural, raridade, antiguidade, monumentalidade, a nível nacional. **Médio-elevado (4):** Imóvel classificado (valor concelhio) ou ocorrência (arqueológica, arquitetónica) não classificada de valor científico, cultural e/ou raridade, antiguidade, monumentalidade (características presentes no todo ou em parte), a nível nacional ou regional. **Médio (3), Médio-baixo (2), Baixo (1):** Aplica-se a ocorrências (de natureza arqueológica ou arquitetónica) em função do seu estado de conservação, antiguidade e valor científico, e a construções em função do seu arcaísmo, complexidade, antiguidade e inserção na cultura local. **Nulo (0):** Atribuído a construção actual ou a ocorrência de interesse patrimonial totalmente destruída. **Indeterminado:** Quando as condições de acesso ao local, a cobertura vegetal ou outros factores impedem a observação da ocorrência (interior e exterior no caso das construções). **Posição v. Projeto** indicam-se as relações de proximidade em relação ao projecto: Al (área de incidência) ou ZE (zona envolvente). **Tipo de trabalho** atributo baseado no *thesaurus* do Endovelico, nomeadamente, reconhecimento ou prospeção. **Coordenadas Geográficas** coordenadas rectangulares; UTM datum ED50 ou WGS84 obtidas em campo com GPS; conversão para HAYFORD-GAUSS Militares-Lisboa (Lx) **Distrito. Concelho. Freguesia. Lugar** local habitado mais próximo. **Proprietário** identificação do proprietário. **Uso do Solo, Ameaças e Estado de conservação** atributos baseados no *thesaurus* do Endovelico. Estes atributos são apenas aplicáveis a bens imóveis ou a bens móveis de dimensão considerável ou que não foram recolhidos. **Acesso. Morfologia do terreno** indica a posição da ocorrência face à topografia do terreno (afloramento; encosta; cumeada; socalco; aluvião, terraço; planalto; planície; linha de água; escarpa; chã; vale; outros). **Visibilidade para estruturas e artefactos** indicam-se os seguintes graus de visibilidade para detecção de estruturas e artefactos, elevada, média, reduzida e nula. **Fontes de informação** bibliografia, cartografia, manuscritos, informação oral, instrumento de planeamento, base de dados ou de outro tipo. Também se indica a fonte de informação utilizada quando não tem origem na CMP por aproximação espacial. **Espólio recolhido** indicação do tipo e quantidade de achados arqueológicos móveis recolhidos durante o trabalho de campo. **Caraterização** da ocorrência em termos de localização, características construtivas e materiais utilizados, dimensões e registo fotográfico. **Responsáveis** nome do(s) arqueólogo(s) responsável(eis) pela observação da ocorrência e elaboração da ficha de sítio.

Nº 12 Data dezembro de 2020 **CMP** 190 **Altitude** 663m
Topónimo ou Designação Vila Seca **Categoria** Arquitetónico e Etnográfico **Tipologia** Alminha **Cronologia** Moderno **Classificação** Não identificada **Valor** Médio-baixo **Posição ZE** Tipo de trabalho Prospeção
Coordenadas (UTM) 0617858 - 4499403 **Concelho** Mangualde **Freguesia** São João da Fresta **Lugar** São João da Fresta **Proprietários** Público **Uso do Solo** Viário
Ameaças Rede viária, vandalismo e roubo **Estado de conservação** Regular **Acesso** EN606, no entroncamento para Vila Seca **Morfologia** Encosta, junto a entroncamento de estradas **Visibilidade estruturas** Elevada **Visibilidade materiais** Nula **Fonte** Não identificada **Espólio** Não foi recolhido espólio. **Caracterização** Peça monolítica em granito, de configuração subretangular e topo arredondado. Está fixada com cimento a uma penha granítica, de forma irregular, alongada e junto da base da qual existem duas lajes de granito, justapostas, em posição horizontal, no lado norte. Está na berma de um entroncamento de estradas. A face esculpida está voltada para o entroncamento de estradas, para oriente e tem esculpida, em relevo, uma cruz latina sobre uma base em forma de moldura arqueada onde deveria figurar o painel do Purgatório. Tem 83cm altura, 54cm de largura e 36cm de espessura máxima **Responsáveis** João Caninas e Mário Monteiro **Registo fotográfico**



Nº 13 Data dezembro de 2020 **CMP** 190 **Altitude** 662m
Topónimo ou Designação Vila Seca **Categoria** Arquitetónico e Etnográfico **Tipologia** Cruzeiro **Cronologia** Contemporânea **Classificação** Não identificada **Valor** Baixo **Posição** ZE **Tipo de trabalho** Prospeção
Coordenadas (UTM) 0617692 - 4499381 **Concelho** Mangualde **Freguesia** São João da Fresta **Lugar** São João da Fresta **Proprietários** Público **Uso do Solo** Viário
Ameaças Rede viária, vandalismo e roubo **Estado de conservação** Bom **Acesso** EN606 **Morfologia** Encosta, **Visibilidade estruturas** Elevada **Visibilidade materiais** Nula **Fonte** Não identificada **Espólio** Não foi recolhido espólio. **Caracterização** Cruz em cimento armado com face epigrafada voltada para oeste na qual foi colocada uma imagem de Cristo crucificado. Está decorado com flores de plástico. Na parte inferior do fuste foi gravada, de cima para baixo, a data 15/5/1995. Na extremidade do braço esquerdo (em relação ao observador) foi gravada a letra F. Na extremidade do braço direito foi gravada a letra S. No topo do fuste foi gravada a letra A. Lidas em sequência da esquerda para a direita podem corresponder às iniciais do nome do morto, F. A. S., ou em alternativa, A. F. S. Documenta culto antigo de marcação de local de morte. Situa-se na berma da EN, sobre uma curva, dentro de um recanto delimitado por blocos de pedra, no limite da pedreira **Registo fotográfico**



Nº 14 Data dezembro de 2020 **CMP** 190 **Altitude** 709m
Topónimo ou Designação Vila Seca **Categoria** Indeterminada **Tipologia** Pias **Cronologia** Indeterminada **Classificação** Não identificada **Valor** Indeterminado a nulo **Posição** Al **Tipo de trabalho** Prospeção **Coordenadas (UTM)** 0617332 - 4499226 **Concelho** Mangualde **Freguesia** São João da Fresta **Lugar** São João da Fresta **Proprietários** Felmica **Uso do Solo** Florestal **Ameaças** Atividade extrativa **Estado de conservação** Regular **Acesso** A partir ad Mina de Vila Seca **Morfologia** Topo de cabeço **Visibilidade estruturas** Elevada **Visibilidade materiais** Reduzida **Fonte** Prospeção **Espólio** Não foi recolhido espólio. **Caracterização** Afloramento, bem destacado acima do solo, no topo do qual existem várias cavidades. Num sector da rocha, observou-se uma sequência de três cavidades, em escadaria, interligadas por pequenos canais que permitem a escorrência de água, entre a maior e mais elevada e o exterior do afloramento. Em posição superior existe uma cavidade de configuração oval, com diâmetros ortogonais de 1,5m e 1m, alinhada (no sentido 43° NE), segundo o eixo maior, com outra de configuração circular, com diâmetros perpendiculares de 35cm. Esta cavidade intermédia liga-se, por curto e estreito canal, a uma outra de configuração elíptica (diâmetros perpendiculares de 60cm e 45cm), infletida para norte, a qual drena para o exterior do afloramento por meio de um canal largo mas pouco profundo. Não foi possível determinar indícios de afeiçoamento que comprovem utilização humana, inclusivamente como suporte de rituais proto-históricos (Santos, 2015), no contexto dos chamados santuários rupestres. Não se identificaram outros indícios como escadarias, mas neste caso talvez não fossem necessárias, atendendo ao pequeno desnível entre o topo da rocha e o solo. Contudo, a posição topográfica, fronteira ao povoado proto-histórico do Alto de São Caetano, é sugestiva. Recomenda-se a reavaliação com geólogo e a execução um registo fotogramétrico. No topo do afloramento existem outras onze pias de diferentes dimensões. **Responsáveis** João Caninas e Mário Monteiro **Registo fotográfico**





Anexo 5. Zonamento da prospecção arqueológica

Delimitação de áreas homogêneas e diferenciadas em termos de visibilidade do solo e ocupação, com dimensão significativa à escala cartográfica utilizada, identificadas com letras e cartografadas com diferentes cores. No caso de existirem características heterogêneas de pequena dimensão a respectiva zona conexas deverá ser identificada como um mosaico com diferentes graus de visibilidade.

Parâmetros. **VE** = visibilidade para detecção de estruturas, acima do solo (elementos imóveis); **VA** = visibilidade para detecção de artefactos, ao nível do solo (elementos móveis). **Graus de visibilidade.** **Elevado** = ausência de vegetação (arbórea, arbustiva e herbácea) devido a incêndio, desmatamento ou lavra recente. Observa-se a totalidade (ou quase) da superfície do solo; **Médio** = a densidade da cobertura vegetal é mediana ou existem clareiras que permitem a observação de mais de 50% da superfície do solo; **Reduzido** = a densidade da vegetação impede a progressão e/ou a visualização de mais de 75% da superfície do solo; **Nulo** = zona artificializada, impermeabilizada ou oculta por se encontrar ocupada por construções, depósitos de materiais, pavimentos ou vegetação densa impedindo, desta forma, a progressão e a visualização do solo na totalidade da área considerada; **Caracterização.** Descrição da ocupação, das condições de visibilidade do solo e registo fotográfico.

Identificação, visibilidade e caracterização	Registo fotográfico
<p>Zona A (área industrial)</p> <p>VE Elevada</p> <p>VM Elevada</p> <p>Caracterização Corta mineira, vias rede viária, depósitos de inertes e instalações industriais. No lado leste desta zona existe uma estreita faixa de terreno inculto, em encosta.</p>	
<p>Zona B (área de ampliação)</p> <p>VE Elevada a nula</p> <p>VM Reduzida a nula</p> <p>Caracterização A ampliação da mina incide no topo e encosta da extremidade oriental de uma linha de cumeeada denominada Serra da Lapeira. Terreno inculto com densa vegetação arbustiva (giesta, tojo, silva), herbácea, sobretudo nas encostas, pinheiros com distribuição irregular, e lenha seca resultante de fogo. O terreno está ocupado de modo extensivo por afloramentos de granito, com vestígios de extração de pedra, de modo artesanal (corte e blocos soltos). No topo de alguns afloramentos existem inúmeras pias naturais (depressões resultantes de meteorização). Abundância de clastos de quartzo. Raros alinhamentos de blocos de pedra, sem relevância. Imagens (da esquerda para a direita e de cima para baixo): encosta norte; no topo, encosta sul; pias.</p>	

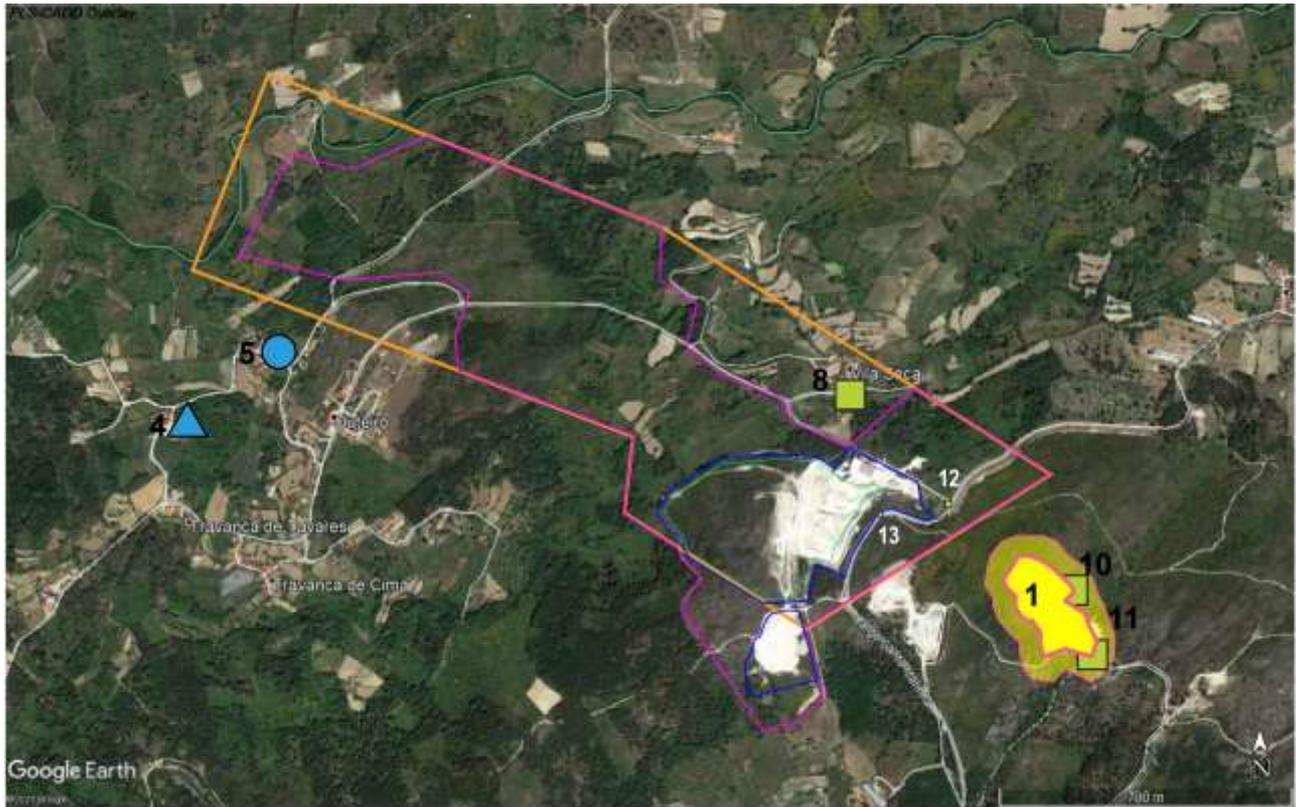
Zona C (aterro)

VE Elevada (no aterro)

VM Elevada (no aterro)

Caracterização Aterro de apoio à mina. Inclui algumas pequenas lagoas. A área de projeto incluiu parcela inculta no lado sul.





LEGENDA	
	Área de Incidência (Limite de ampliação)
	Limite de escavação
	Limita da atual concessão
	Limite da futura concessão
	Zona de Enquadramento

Tipologia		Ícones utilizados (a forma traçada indica localizações específicas ou aproximadas)	
Achados(s) isolado(s) ou dispersos, não definindo um sítio arqueológico			
Sítios (mancha de materiais arqueológicos)			
Estruturas não lineares, positivas ou negativas, isoladas ou formando conjuntos, e monumentos			
Estruturas lineares, positivas ou negativas			
Gráficos rupestres			
Imóveis Classificados e ZGP ou ZEP	Imóveis Em Via de Classificação e ZGP ou ZEP		
Ocorrências potenciais ou indeterminadas			
Cronologia (diferenciada por cores)			
Exemplos de aplicação			

Cada ícone é acompanhado de um número de identificação (trabalho de campo) ou lista (base de dados documental). Exemplos: Achados isolados: peças, fragmentos de peças, malhas de construção; Sítios: talafal, mancha de ocupação, oficina de trabalho; Estruturas não lineares: mural, muralha, recinto muralhado, sítio, abrigo natural, sepultura escavada na rocha, casa, cruzeiro, pedreira; Estruturas lineares: fossos, valas, trincheiras, levada, muro de arrimo; Gráficos rupestres: grafites ou pinturas em suportes móveis; Imóveis Classificados (IC) ou Em Via de Classificação (EVC) e respectiva Zona Geográfica de Proteção (ZGP) ou Zona Especial de Proteção (ZEP); Ocorrências potenciais ou indeterminadas: toponímia, indícios litológicos.

Figura 3. Delimitação da área de incidência do projecto e localização das ocorrências de interesse cultural sobre ortofotografia (Google Earth).



Figura 4. Localização das ocorrências 12 e 13 sobre ortofotografia (Google Earth).

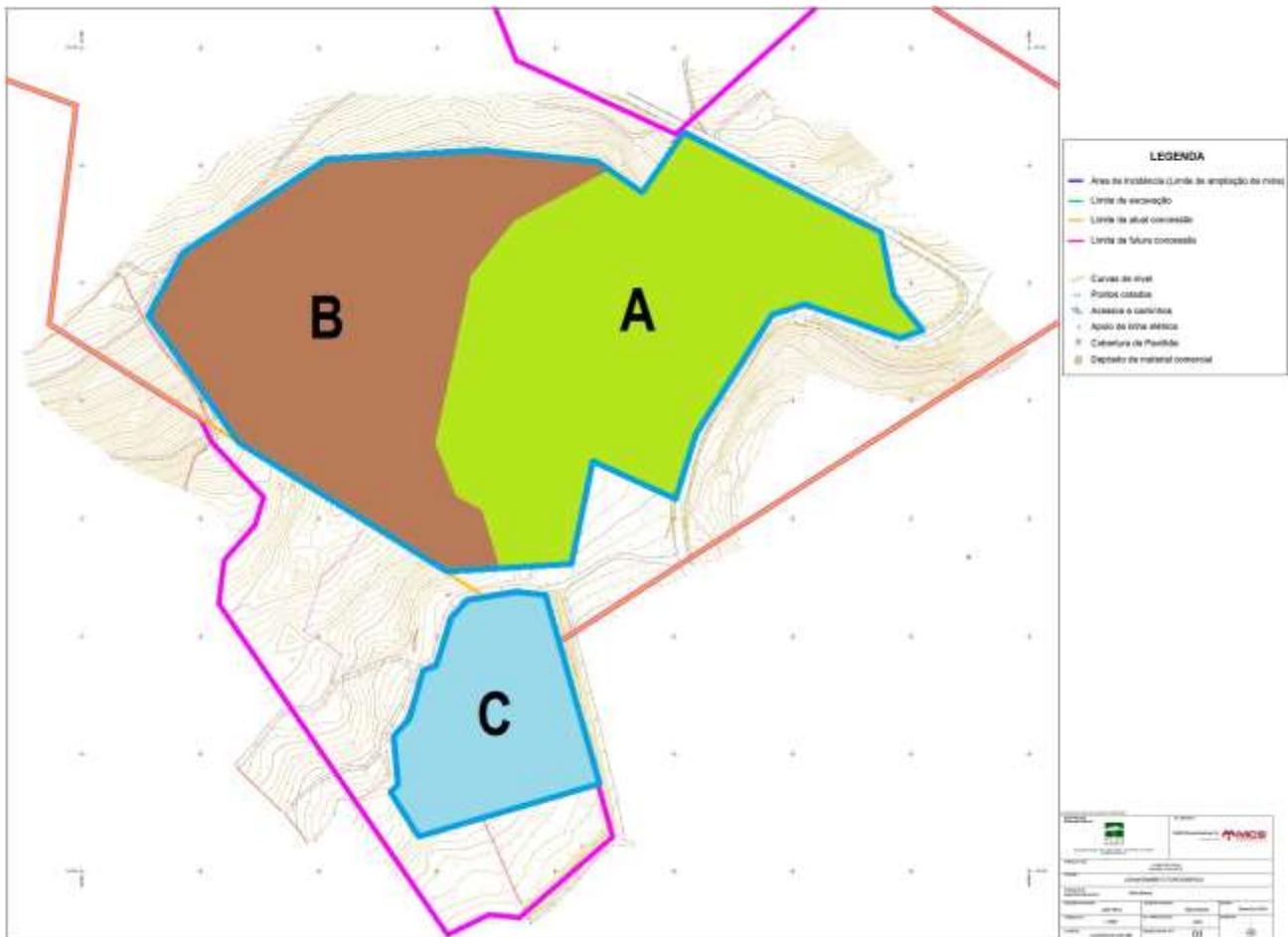


Figura 5. Zonamento da prospeção arqueológica sobre planta topográfica; consultar a descrição das zonas A; e C no Anexo 5.